

# Estados preparam ação contra a Lei Kleinubing

*Seis governadores vão recorrer ao Supremo para evitar amarras no uso de dinheiro da privatização*

**P**elo menos seis governadores decidiram contestar no Supremo Tribunal Federal (STF) a resolução do Senado que os obriga a usar 50% do dinheiro obtido com as privatizações para pagar dívidas com a União – a Lei Kleinubing. Esta semana eles devem concluir análise de parecer sobre a constitucionalidade da resolução preparado pela procuradora do Estado de Minas Carmem Lúcia Antunes Rocha.

“Esta semana devemos fechar a discussão e protocolar a ação no STF”, contou o de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PSDB). Completam o grupo seus colegas de Minas, Eduardo Azeredo, Rio, Marcello Alencar, e Ceará, Tasso Jereissati, todos tucanos, do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB), e do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PV).

**Afinados** – “Tentaram engessar os governadores”, criticou Dante. “Na ânsia de alguns candidatos a candidato ao governo no Senado – como o próprio Vilson Kleinubing (PFL-SC) e outros –, aprovaram uma ação de desconfiança contra os atuais admi-

nistradores.” Azeredo concorda: “É uma decisão eleitoreira.” Os dois governadores argumentam que a resolução é “usurpadora, inconstitucional e fere o princípio de Federação”.

Azeredo contou que o parecer da procuradora diz, claramente, que a lei fere a autonomia dos Estados. “Estamos analisando do ponto de vista de cada governo se o caminho é uma ação conjunta, se vamos subscrever o mesmo documento”, explicou.

Segundo Azeredo, os governadores têm discutido o caso por telefone. “É uma ação conjunta, não há um líder”, resumiu. “Para usar uma expressão mineira, pode-se dizer que a resolução é uma porteira aberta contra os Estados”, disse.

“Se permitirmos tal interferência do Senado vamos estar concordando com outras medidas coercitivas que podem surgir.”

Os governadores não admitem que se crie uma “camisa de força” para a aplicação dos recursos da venda de empresas estaduais. No Rio, por exemplo, Alencar já aplicou boa parte do dinheiro das privatizações em obras e investimentos sociais. Ele já criticou diversas vezes a resolução de Kleinubing, argumentando que o Rio está podendo realizar muitas obras graças ao dinheiro da venda. (K.C.)

**AZEREDO E  
DANTE ACHAM  
QUE DECISÃO É  
“ELEITOREIRA”**